



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Outubro/2004



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Tarso Genro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Nelson Maculan Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E TECNOLÓGICA
Antonio Ibañez Ruiz

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

DIRETOR GERAL
Rui Pereira Santana

Diretor da UNED Barreiras
Maria Perpétua Carvalho da Silva

Diretor da UNED Eunápolis
Guillermo van Erven Cabala

Diretor da UNED Valença
Almir Costa Souza Filho

Diretor da UNED Vitória da Conquista
Bráulio Lima Mota

Diretor da Unidade de Simões Filho/CTDRH
Hugo Antônio Nunes Silva

Chefe do Dept.º de Orçamento e Finanças
Margarida Angélica Bispo Magalhães

Chefe do Dept.º de Relações Empresariais
Biagio Maurício Avena

Chefe do Dept.º de Engenharia e Manutenção Geral
Sílvio Raimundo Gonzaga Santos

Chefe do Dept.º de Administração, Mat. e Patrimônio
Paulo Roberto Nilo Dantas

Coordenadora Geral de Planejamento
Rivailda Silveira Nunes de Argollo

Coordenador Geral de Recursos Humanos
Antônio Carlos Cavalcante

Coordenadora de Informática
Edna da Silva Matos

Diretora de Desenvolvimento do Ensino
Maria da Conceição da Veiga Pessoa de Oliveira

Chefe do Dept.º Ciências Aplicadas
Cláudio Mário Nascimento

Chefe do Dept.º Ciências Humanas e Linguagens
Sinval Silva Araújo

Chefe do Dept.º de Administração e Tec de Proc Ind e Químicos
Maria Aparecida da Silva Modesto

Chefe do Dept.º de Tecnologia em Eletro-Eletrônica
Mário Sérgio Rosas de Sant'Anna

Chefe do Dept.º de Tecnologia Mecânica e Materiais
Sônia Regina Sales Barbosa

Coordenadora Técnica de Pós-Graduação e Pesquisa
Djane Santiago de Jesus

Chefe de Gabinete
Maria Aparecida Lima Silva

Conselho Diretor

Presidente

Rui Pereira Santana

Representante do MEC

Sem indicação

Representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia

Gustavo Leal Sales Filho – titular

Solange Novis – suplente

Representante da Federação do Comércio do Estado da Bahia

Aquinoel Borges – titular

Urânia Maria da Silva Martins

Representante da Federação da Agricultura do Estado da Bahia

Joaquim Cardoso Filho – titular

Fernando Albiani Alves – suplente

Representante dos Docentes

Rita Maria Pinheiro Aragão - titular

Carlos D'Alexandria Bruni - titular

Alberto Simões Fernandes - titular

Gina Veiga Pinheiro Marocci - suplente

Epaminondas Silva Macedo - suplente

Rogério Nadier Rodrigues - suplente

Representante dos Técnico-Administrativos

Anilson Roberto Cerqueira Gomes – titular

Victor Emmanuel da Rocha Couto – suplente

Representante dos Discentes

(vago)

Representante dos Ex-alunos

(vago)

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Presidente

Rui Pereira Santana

Vice-Presidente

(vago)

Representante da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino

Maria da Conceição da Veiga Pessoa de Oliveira

Representante do Departamento de Relações Empresariais

Biagio Maurício Avena

Representantes das UNEDs (seus Diretores)

Almir Costa Souza Filho – UNED Valença

Bráulio Lima Mota – UNED Vitória da Conquista

Guillermo van Erven Cabala - UNED Eunápolis

Maria Perpétua Carvalho da Silva - UNED Barreiras

Representantes dos Departamentos Acadêmicos (seus Chefes)

Sinval Silva Araújo – Departamento de Ciências Humanas e Linguagens

Cláudio Mário Nascimento – Departamento de Ciências Aplicadas

Maria Aparecida da Silva Modesto - Deptº de Adm. e Tecnologia de Processos Industriais e Químicos

Mário Sérgio Rosas de Sant'Anna – Departamento de Tecnologia em Eletro-Eletrônica

Sônia Regina Sales Barbosa – Departamento de Tecnologia Mecânica e Materiais

Representantes Docentes do 2º Grau

Hugo Antonio Nunes Silva e Jaime dos Santos Filho – titulares

Wilson José Ohl e Cléa Teresa Queiroz – suplentes

Representante do Ensino Superior

João Menezes Barbosa e Marcus Vinicius Teixeira Navarro – titulares

Representantes Discentes do Ensino Superior

(Sem indicação)

Representantes Discentes do 2º Grau

(Sem indicação)

Elaboração

Comissão para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/ Portaria nº 215 de 26 de maio de 2004, prorrogada pela Portaria 386 de 23 de agosto de 2004.

Alexandre César de Castro
Almir Costa Souza Filho
Antonio Carlos Cavalcante
Djane Santiago de Jesus
Edenice da Silva Pereira Brito
Maria Aparecida da Silva Modesto
Nilton Vasconcelos Junior
Rivailda Silveira Nunes de Argollo - Presidente

Capa: Anselmo Garrido

Sumário

Apresentação.....	7
Introdução.....	8
Síntese Histórica.....	10
Inserção Regional	10
Finalidades.....	11
Estrutura, Órgãos Colegiados e Organização Administrativa.....	12
Órgãos Colegiados – Atribuições e Competências.....	12
Organização Administrativa	14
Ensino.....	17
Educação Superior	17
Educação Profissional.....	18
Ensino Médio	18
Oferta de Cursos	19
Pesquisa e Pós-Graduação	20
Extensão.....	22
Organização e Gestão de Pessoal.....	25
Organização Didático-Pedagógica.....	28
Objetivos, Estratégias e Metas.....	34
Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Institucional	39
Anexos.....	41
Anexo A – Infra-Estrutura Física e Acadêmica	
Anexo B – Estatuto	
Anexo C – Normas Acadêmicas do Ensino Superior	
Anexo D – Organização Didática do Ensino Profissionalizante de Nível Técnico	
Anexo E – Organização Didática do Ensino Médio	
Anexo F – Planejamento Estratégico do CEFET-BA / 1998-2007	

Apresentação

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA é uma autarquia que vem se consolidando como Instituição de Ensino Superior à medida que oferta cursos de Graduação da Educação Superior e da Educação Profissional, implementa ações na perspectiva de ofertar cursos de Pós-Graduação e busca desenvolver a Pesquisa Científica e Tecnológica.

O Ministério da Educação, ao promover a revisão das atribuições e competências de sua Secretaria de Educação Superior – SESu, do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP vislumbrando consolidar e conferir maior eficácia aos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constatou a necessidade de introduzir, como parte integrante de um projeto institucional das Instituições de Ensino Superior – IES, o seu planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, requisito obrigatório para o protocolo de processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de educação superior. Com a edição do Decreto N° 5.225, de 01 de outubro de 2004, os Centro Federais de Educação Tecnológica são definidos como instituições de ensino superior e devem apresentar ao Ministério da Educação para aprovação, num prazo de 120 dias, o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Nesse contexto, o CEFET-BA que dispunha do Planejamento Estratégico realizado no ano de 1998 para um horizonte de 10 anos, buscando adaptar-se às novas orientações emanadas do Ministério da Educação criou uma Comissão para elaboração de uma proposta de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A construção do PDI, entretanto, não se encerra com a elaboração do Plano. Ao contrário, pressupõe um processo dinâmico que envolva a ativa consulta e participação da comunidade deste Centro Federal de Educação Tecnológica.

O sucesso do Plano depende, fundamentalmente, da participação efetiva, do comprometimento e do esforço dos sujeitos-atores do nosso Centro.

Rui Pereira Santana
Diretor Geral

Introdução

A gestão pública no Brasil passou por grandes mudanças ao longo da história, levando o Estado a adotar novos mecanismos de gestão, voltados à implantação de processos de melhoria contínua, de planejamento, de avaliação e de prestação de contas das atividades desenvolvidas pelas unidades integrantes da Administração Pública.

No CEFET-BA, assim como na maioria dos órgãos públicos, o planejamento esteve subordinado ao processo de elaboração dos orçamentos. No entanto, cada vez mais se procura construir um planejamento das ações com a participação do maior número possível dos setores envolvidos, inclusive muitos daqueles que são atores relevantes na execução ou beneficiários dos projetos da administração pública.

O histórico do planejamento na Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA e no Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC – instituições que originaram o CEFET-BA, aponta para diferentes abordagens, alcance e inserções. Aqui, cabe destacar o processo de Planejamento Estratégico no CEFET-BA, iniciado em 1997, que adotou uma metodologia fundamentada nos conceitos e nas técnicas da Administração Estratégica, vislumbrando a participação e construção coletiva do Plano, bem como a identificação dos setores estratégicos, para um horizonte de 10 anos (1998-2007).

À época, foram realizados diversos Seminários abertos a toda comunidade do CEFET-BA, com a representação das Unidades de Ensino Descentralizadas. Nesses Seminários foram discutidos e definidos a missão, o “negócio” e os objetivos estratégicos e analisados os ambientes externo e interno, a fim de propor a postura estratégica que visasse aproveitar oportunidades, neutralizar ameaças, bem como potencializar os pontos fortes e minimizar os pontos fracos. A metodologia, conduzida por uma consultoria externa, analisou ainda os cenários e o clima organizacional de todas as Unidades que compõem o Centro. A metodologia englobou ainda a elaboração de programas, projetos e seus respectivos planos de ação. Assim, naquela oportunidade foram definidos a missão, os objetivos estratégicos e os planos operacionais, elencados segundo suas prioridades, para o quadriênio (1998-2001).

Diante das mudanças sociais e econômicas ocorridas a partir da segunda metade da década de 90, as quais afetaram a vida acadêmica e administrativa das IFES, fez-se premente um novo pensar das suas ações. No cenário externo, mudanças ocorridas na Administração Federal pressionaram para ampliação da oferta do ensino e à restrição das verbas públicas. Internamente o CEFET-BA enfrentou o crescimento das suas Unidades Descentralizadas sem o devido acréscimo no orçamento e a reformulação e incremento de ações, notadamente na área de Ensino. Assim, a Coordenação de Planejamento da Instituição – COPLAN, utilizando uma metodologia de orientação à distância, através da elaboração de um CD, propôs a elaboração do Plano de Metas 2002-2003, envolvendo os setores estratégicos do CEFET-BA.

Considerando que essas alterações ocorreram nos níveis táticos e operacionais, no final do ano de 2003, a COPLAN realizou um Seminário “ENCONTRO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO 2004”, com representantes de todos os Setores Estratégicos, objetivando deflagrar o processo de repensar e elaborar as metas para o próximo biênio (2004-2005), bem como avaliar as ações implementadas anteriormente. Numa ação conjunta entre a COPLAN e o Departamento de Orçamento e Finanças – DOF, este Seminário contemplou ainda a apresentação dos Programas de Governo, Orçamento do CEFET-BA em 2003 e sua respectiva execução e a proposta orçamentária para 2004. Enfim, a idéia que moveu a realização do evento foi a de disseminar informações acerca da Proposta Orçamentária do CEFET-BA, seus programas, ações e limitações impostas pela Lei Orçamentária, fator preponderante na perspectiva da construção de um Planejamento exequível que contribua para o crescimento da Instituição nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, diante do cenário que ora se apresenta.

Nesse contexto, emerge a necessidade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que propõe à Instituição um caminho integrado com a Proposta Pedagógica e a Avaliação Institucional, pilares que, aliados ao Estatuto e Regimento, funcionam como instrumentos de gestão voltados à busca da melhoria contínua e de prestação de contas à sociedade. De acordo com essa perspectiva, foi criada uma Comissão responsável pela elaboração da proposta do PDI do CEFET-BA contemplando os processos que concretizam a sua missão e objetivos estratégicos.

A Comissão entendeu que não poderia descartar as implementações na assertiva de planejamento ocorridas no CEFET-BA, a exemplo do Planejamento Estratégico (1998-2007) e do Plano de Metas (2004-2005), tendo considerado que a adoção de um Plano de Desenvolvimento Institucional não pode prescindir da participação e apropriação pela sua comunidade. Assim, elaborou uma proposta de PDI, discutida e consolidada pela comunidade interna da instituição, a partir das formulações elaboradas pelos setores estratégicos para o biênio 2004-2005.

Nesse sentido, foi organizado um Seminário sobre Avaliação Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação, objetivando sensibilizar para as respectivas temáticas. Por ocasião das oficinas realizadas no Seminário, foi possível um pensar coletivo em prol das Metas propostas para o desenvolvimento do CEFET-BA nos próximos anos.

Ampliando o processo de divulgação e discussão da proposta do PDI o documento foi disponibilizado para consulta e sugestões na página do CEFET-BA na Internet. Posteriormente, o resultado do Seminário também foi publicado na página, com prazo para contribuições até meados de janeiro/2005. Cabe ressaltar, que esta informação foi veiculada na rede interna – intracefet, no jornal de circulação interna – Antenado e nos cartazes e faixas de divulgação do referido Seminário.

MISSÃO

*Promover a formação do cidadão,
oferecendo ensino, pesquisa e extensão
com qualidade, objetivando o
desenvolvimento sócio, econômico,
cultural e tecnológico do país.*

Síntese Histórica

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, como se configura na atualidade, foi criado por meio da Lei nº 8.711, de 28/09/1993, por transformação da Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA e pela incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC.

Sua origem remonta ao início do século XX quando, em 1909, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices em todas as capitais dos Estados. Instalada provisoriamente no centro da cidade de Salvador, apenas em 1926 foi transferida para um prédio apropriado localizado no Bairro do Barbalho. Em 1937 a instituição passou a ser denominada de Liceu Industrial de Salvador, ministrando ensino profissionalizante de 1º ciclo. A Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 estendeu essa modalidade de ensino ao 2º ciclo e o Liceu recebeu o nome de Escola Técnica de Salvador. Através da Lei nº 4.759/65 passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA. Enquanto que o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC foi criado pela Lei nº 6.344, de 06 de julho de 1976, como autarquia federal do Ministério da Educação e Cultura.

O CEFET-BA expandiu-se com a criação e implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED. A Portaria Ministerial nº 1.135, de 01 de agosto de 1994 que criou a UNED - Barreiras; a Portaria Ministerial nº 1.718, de 15 de dezembro de 1994 que criou a UNED - Vitória da Conquista; a Portaria Ministerial nº 1.719, de 15 de dezembro de 1994 que criou a UNED - Eunápolis e a Portaria Ministerial nº 1.720, de 15 de dezembro de 1994 que criou a UNED - Valença.

Inserção Regional

O CEFET-BA configura-se, assim, como uma organização multicampi, com Sede localizada na cidade de *Salvador*, no bairro do Barbalho, nas dependências da antiga Escola Técnica Federal da Bahia. Suas demais Unidades, distribuídas por regiões importantes do Estado, estão localizadas na cidade de *Simões Filho*, situada na



Região Metropolitana de Salvador, área de maior expressão econômica do Estado, pela presença de pólos industriais, pela indústria de extração e refino de petróleo e pelo forte setor de serviços; e em quatro municípios do interior do Estado, onde se localizam as UNEDs: *Barreiras*, situada no oeste baiano, destaca-se como sendo uma região onde predomina a agropecuária, com significativa produção de grãos, fruticultura, pecuária e mais recentemente a avicultura, suinocultura e a piscicultura; *Eunápolis*, importante cidade do extremo sul do Estado, região que tem ampliado sua importância pelas atividades turísticas, nacional e internacional, e com a implantação de um pólo de produção de papel

e celulose; *Valença*, região com forte vocação para o turismo, pela disponibilidade de ricos cenários naturais, destacando-se nas áreas Aqüicultura e Pesca; e *Vitória da Conquista*, terceiro mais importante município do estado da Bahia, localizado na região sudoeste, cuja influência econômica abrange, aproximadamente, 90 municípios, estendendo-se até o norte do Estado de Minas Gerais.

Finalidades

De acordo com Artigo 2º do Estatuto, aprovado pelo Decreto Nº 1.652, de 20 de setembro de 1995, o CEFET-BA tem por finalidade o oferecimento da educação tecnológica e por objetivo:

I – ministrar ensino em grau superior:

- a) de graduação e pós-graduação “*lato sensu*” e “*stricto sensu*”, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- b) de licenciatura, com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;

II – ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio;

III – ministrar cursos de educação continuada, visando atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;

IV – realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços.

Estrutura, Órgãos Colegiados e Organização Administrativa

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA é uma autarquia detentora de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, vinculada ao Ministério da Educação e integrante do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, instituído pela Lei Nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, e tem sua organização e funcionamento disciplinada pelo seu Estatuto, aprovado pelo Decreto Nº 1.652, de 20 de setembro de 1995 e pelo seu Regimento Interno aprovado pela Portaria Nº 777, de 24 de julho de 1996.

De acordo com a Seção I do Capítulo II do Regimento Interno, o CEFET-BA possui na sua administração superior, como órgão executivo, a Diretoria Geral e como órgão deliberativo e consultivo, o Conselho Diretor, conforme estrutura básica a seguir:

- I. Órgão executivo: Diretoria Geral
- II. Órgão de assistência direta e imediata ao Diretor Geral: Gabinete
- III. Órgãos seccionais:
 - a. Procuradoria Jurídica
 - b. Departamento de Orçamento e Finanças
 - c. Departamento de Engenharia e Manutenção Geral
 - d. Departamento de Administração de Material e Patrimônio
- IV. Órgãos específicos singulares:
 - a. Diretoria de Desenvolvimento do Ensino
 - b. Departamento de Relações Empresariais
- V. Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED: Barreiras, Eunápolis, Valença, Vitória da Conquista
- VI. Órgãos colegiados:
 - a. Conselho Diretor
 - b. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
 - c. Conselho Empresarial

ÓRGÃOS COLEGIADOS – Atribuições e Competências

1. CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor é o órgão deliberativo e consultivo da administração do Centro sendo integrado por dez membros e seus respectivos suplentes, entre os quais professores, técnico-administrativos e discentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação.

Ao Conselho Diretor compete:

- I. deliberar sobre a política do CEFET-BA nos planos administrativo, econômico-financeiro, de ensino, pesquisa e extensão;
- II. examinar e emitir parecer conclusivo referente às propostas de alteração do Estatuto e do Regimento Interno do CEFET-BA, encaminhando-os ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para as providências cabíveis;
- III. aprovar, anualmente, o plano de ação elaborado pela Diretoria-Geral;

- IV. deliberar sobre taxas, contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo Centro;
- V. autorizar a aquisição e deliberar sobre alienação de bens imóveis e a aceitação de subvenções, doações e legados;
- VI. aprovar a concessão de títulos e outras dignidades;
- VII. aprovar a organização didático-pedagógica dos cursos do CEFET-BA, bem como aprovar a criação, transformação, suspensão e extinção de cursos;
- VIII. aprovar os contratos, acordos e convênios firmados com entidades nacionais, internacionais e estrangeiras, que envolvam contra partida do CEFET-BA;
- IX. apreciar as contas da Diretoria-Geral, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária da receita e da despesa;
- X. organizar, por votação uninominal, lista tríplice destinada à escolha do Diretor-Geral, observadas as diretrizes estabelecidas pela legislação pertinente em vigor;
- XI. apreciar, em grau de recurso, as decisões e atos do Diretor-Geral, nos casos e formas definidas no Regimento Interno;
- XII. deliberar sobre matérias de natureza administrativa que lhes sejam submetidas pela Diretoria-Geral;
- XIII. deliberar sobre os casos omissos ou sobre qualquer outro assunto que lhe seja submetido pela Diretoria-Geral.

2. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão Consultivo científico-didático-pedagógico do CEFET-BA, compete:

- I. auxiliar o Diretor-Geral nos assuntos de natureza didático-pedagógica e técnico-científica, da pesquisa e extensão;
- II. fornecer ao Diretor-Geral elementos para a formulação da política geral do CEFET-BA, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;
- III. auxiliar o Diretor-Geral na formulação da política e programas de pesquisa e extensão tecnológica;
- IV. propor ao Diretor-Geral a criação, modificação, extinção e desativação temporária de cursos, em todos os níveis;
- V. subsidiar os trabalhos de elaboração e modificação dos currículos dos cursos oferecidos pela Instituição;
- VI. cooperar com o Diretor-Geral na formulação de normas e na organização dos cursos em todos os níveis de ensino;
- VII. opinar sobre a reforma deste Regimento, propondo modificações e alterações;
- VIII. elaborar e reformar seu Regulamento.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão constituir-se-á das Câmaras de Ensino e Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação, responsáveis pela análise e estudos de matérias relacionadas com a área acadêmica.

3. CONSELHO EMPRESARIAL

O Conselho Empresarial é o órgão consultivo e informativo da Diretoria Geral do Centro e tem por finalidade assessorá-la na integração do CEFET-BA com o Complexo Empresarial, sendo composto pelo Diretor-Geral e Vice-Diretor do CEFET-BA, pelo Diretor da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino, pelo Chefe do Departamento de Relações Empresariais, por dez empresários, cujas atividades estejam relacionadas com as habilitações do CEFET-BA, por dois representantes dos ex-alunos formados pelo CEFET-BA, integrados no processo produtivo, correspondente à sua área de formação.

Compete ao Conselho Empresarial:

- I. colaborar para o estabelecimento e aperfeiçoamento das relações do CEFET-BA com as entidades representativas do empresariado e diretamente com as empresas;
- II. identificar problemas relativos à mão-de-obra nos diversos setores da economia, assim como sugerir medidas que visem melhorar os níveis de desempenho dessas atividades;
- III. sugerir medidas e procedimentos que possibilitem a cooperação do CEFET-BA com as empresas no desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada e de novas tecnologias, assim como na prestação de serviços ao setor produtivo;
- IV. colaborar no processo de constante revisão, reformulação e aprimoramento curriculares também, na definição e execução de programas de aperfeiçoamento dos recursos humanos da Instituição;
- V. colaborar com a direção do CEFET-BA na definição e aprimoramento de uma política de estágios e no encaminhamento de alunos formados ao setor produtivo;
- VI. assessorar a Direção do CEFET-BA na divulgação das atividades da Instituição junto às empresas;
- VII. emitir parecer nas consultas de interesse dos alunos, quando encaminhadas pelo Diretor-Geral.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Para atender aos seus objetivos institucionais, o CEFET-BA, a partir da sua estrutura básica, dispõe da seguinte organização administrativa:

1. Conselho Diretor

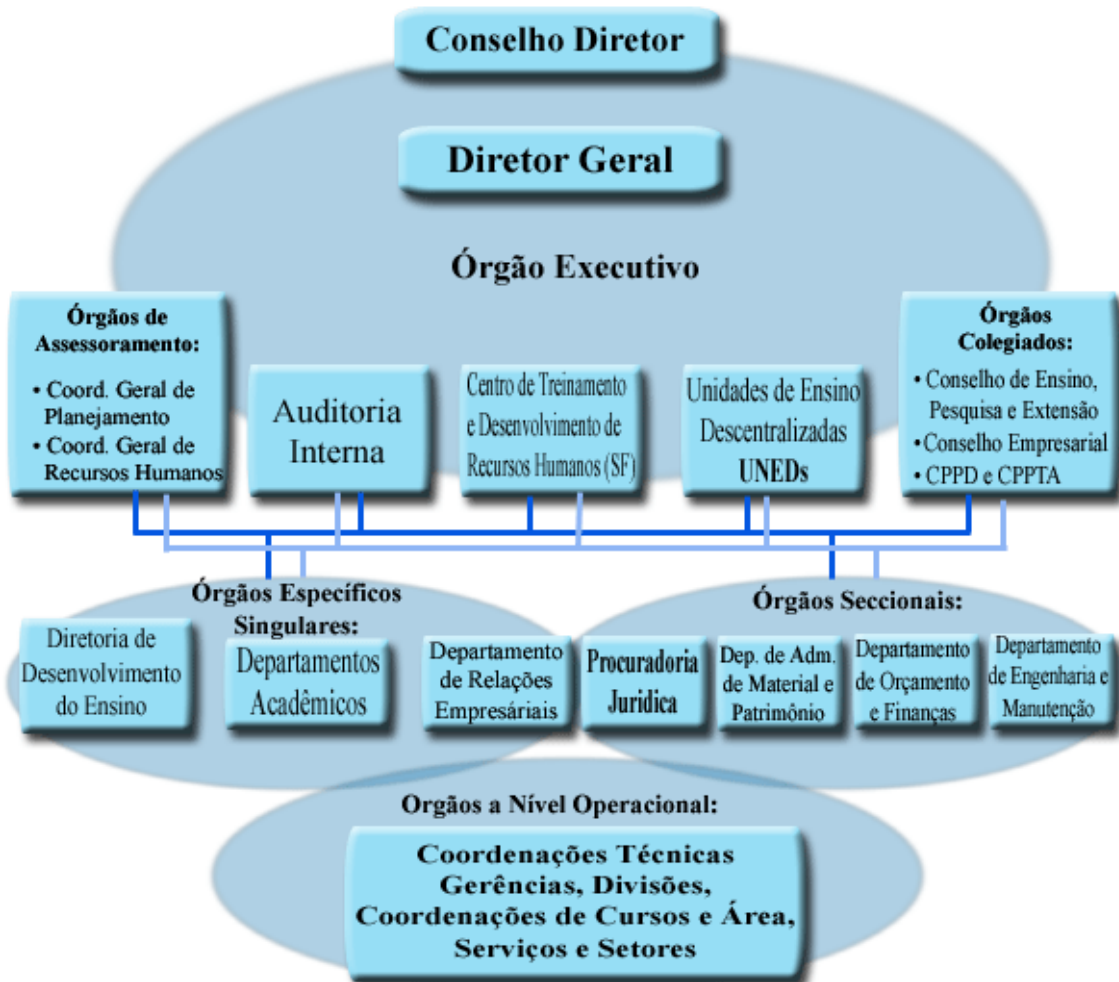
2. Diretoria Geral

- 2.1 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- 2.2 Conselho Empresarial
- 2.3 Gabinete
- 2.4 Coordenação Geral de Planejamento
- 2.5 Coordenação Geral de Recursos Humanos
- 2.6 Procuradoria Jurídica
- 2.7 Coordenação Técnica de Informática
- 2.8 Coordenação Técnica de Com. Social e Atividades Comunitárias

- 2.9 Coordenação de Biblioteca
- 2.10 Coordenação de Assistência Médico-Odontológica
- 2.11 Coordenação de Mídias
- 2.12 Coordenação de Editoração Gráfica
- 2.13 **Diretoria de Desenvolvimento do Ensino**
 - 2.13.1 Departamentos Acadêmicos
 - 2.13.2 Coordenações de Cursos
 - 2.13.3 Coordenações de Áreas
 - 2.13.4 Coordenação Técnica de Pós-Graduação e Pesquisa
 - 2.13.5 Gerência de Registros Acadêmicos
 - 2.13.6 Coordenação Técnica de Seleção de Alunos
 - 2.13.7 Coordenação Técnica Pedagógica
 - 2.13.8 Gerência de Assistência e Orientação ao Aluno
 - 2.13.9 Coordenação de Acompanhamento das Atividades de Ensino
- 2.14 **Departamento de Relações Empresariais**
 - 2.14.1 Gerência de Integração Escola Comunidade
 - 2.14.1.1 Coordenação de Estágio e Egressos
 - 2.14.1.2 Coordenação de Educação Continuada
 - 2.14.2 Gerência de Produção e Pesquisas Tecnológicas
 - 2.14.2.1 Coordenação de Produção e Pesquisa
 - 2.14.2.2 Coordenação de Pesquisas Tecnológicas
- 2.15 **Departamento de Engenharia e Manutenção Geral**
 - 2.15.1 Divisão de Projetos
 - 2.15.2 Divisão de Manutenção
- 2.16 **Departamento de Orçamento e Finanças**
 - 2.16.1 Gerência de Orçamento, Controle e Análise
 - 2.16.2 Gerência de Contabilidade e Finanças
- 2.17 **Departamento de Administração de Material e Patrimônio**
 - 2.17.1 Divisão de Material e Patrimônio
 - 2.17.2 Divisão de Serviços Auxiliares
- 2.18 **Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos**
 - 2.18.1 Coordenação Técnica de Apoio Institucional
 - 2.18.1.1 Gerência de Registros Acadêmicos
 - 2.18.1.2 Coordenação de Apoio Didático
 - 2.18.1.3 Coordenação de Biblioteca
 - 2.18.1.4 Coordenação de Assistência Médico-Odontológica
 - 2.18.1.5 Seção de Material e Patrimônio
 - 2.18.1.6 Seção de Serviços Gerais
 - 2.18.2 Coordenação Técnica Operacional
 - 2.18.2.1 Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento
 - 2.18.2.2 Coordenação de Estudos e Pesquisas
 - 2.18.2.3 Coordenação de Cooperação Técnica, Acompanhamento e Avaliação.
- 2.19. **Unidades de Ensino Descentralizadas - UNEDs : UNED-Barreiras, UNED-Eunápolis, UNED-Valença, UNED-Vitória da Conquista**
 - 2.19.1 Departamento de Administração
 - 2.19.2 Departamento de Ensino



Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
Estrutura Organizacional

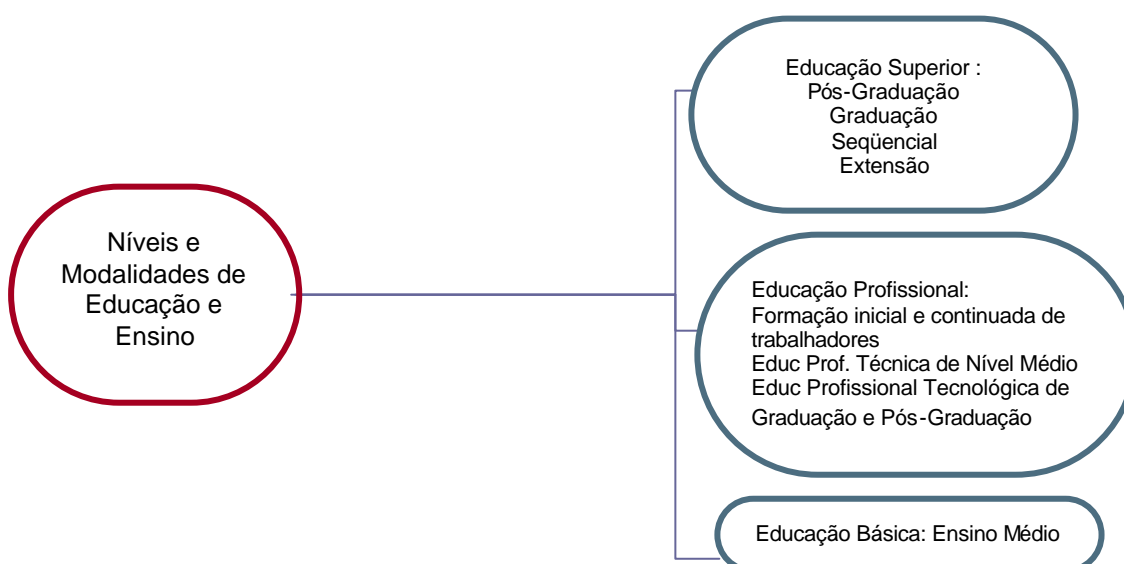


¹ CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPTA – Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo

Ensino

O ensino na Instituição possui uma característica verticalizada, com oferta de cursos na Educação Básica, a exemplo do Ensino Médio, na Educação Profissional e na Educação Superior, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Decreto N.º 5.154 de 23 de julho de 2004, Decreto N.º 5.224 e 5.225 de 01 de outubro de 2004.

Assim, seguindo os preceitos gerais da legislação, o ensino no CEFET-BA é caracterizado por ser um processo que busca desenvolver no aluno: a capacidade de gerenciar cada vez mais o seu próprio trabalho; a capacidade de verbalização e comunicação; a capacidade de trabalhar e produzir em equipe; a compreensão da totalidade do processo de produção a que está vinculado; a capacidade de adquirir e operar intelectualmente novas informações; o aprimoramento de hábitos de relações sociais; a capacidade de transferência de conhecimentos para o ambiente organizado do sistema produtivo e o desenvolvimento da capacidade de iniciativa e de tomada de decisões.



EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Educação Superior pode abranger os seguintes cursos e programas:

- I. cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela Instituição;
- II. de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e tenham sido classificados no processo seletivo;
- III. de pós-graduação, compreendendo programas de Mestrado e Doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros;
- IV. de extensão, abertos a candidatos que atendam às exigências da Instituição.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional prevista no Artigo 39 da LDB, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I. formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II. educação profissional técnica de nível médio; e
- III. educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

A Educação Profissional observará as seguintes premissas: organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; articulação de esforços das áreas da educação do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica. Seus principais objetivos são:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O ingresso na Graduação do Ensino Superior dar-se-á mediante Concurso Vestibular, Transferência ou Portadores de Diploma de Nível Superior. Por conseguinte, a matrícula, efetivada segundo Calendário Acadêmico, será concedida a:

- ✍ ao candidato classificado em Concurso Vestibular, realizado no mesmo ano;
- ✍ ao requerente que obteve aprovação em seu pedido de matrícula como Portador de Diploma de Nível Superior;
- ✍ ao requerente que obteve aprovação em seu pedido de Transferência para esta Instituição;
- ✍ ao requerente que obteve aprovação em seu pedido de Matrícula como Aluno Especial ou como Aluno Ouvinte;
- ✍ ao aluno readmitido, na forma estabelecida nas Normas Acadêmicas.

O ingresso ao Ensino Médio far-se-á mediante classificação e seleção em Exame de Seleção Pública ou por transferência e no caso do Ensino Profissionalizante de Nível Técnico, além do Exame de Seleção Pública e transferência, também poderão ingressar no diversos cursos os portadores de diploma ou certificado de qualificação profissional de nível técnico, conforme Planos dos respectivos cursos.

OFERTA DE CURSOS

Educação Superior: Cursos Superiores de Graduação			
CURSO	AUTORIZAÇÃO	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	RECONHECIMENTO
Administração – Hab. em Adm. Hoteleira	Resolução 08/97/Conselho Diretor	1998	Portaria do MEC nº 29/10/2004
Engenharia Industrial Elétrica	Resolução 08/97/Conselho Diretor	1998	Processo Sapiens 20041003234
Engenharia Industrial Mecânica	Resolução 08/97/Conselho Diretor	1998	Processo Sapiens 20041003236
Licenciatura em Matemática	Resolução 06/ 04/Conselho Diretor	2005	

Educação Profissional Tecnológica de Graduação			
CURSO	AUTORIZAÇÃO	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO	RECONHECIMENTO
Tecnologia em Processos de Polimerização	Portaria CEFET-BA/GD nº 169-A de 22/04/1997	1997	Portaria do MEC nº 2865 De 25/09/2002

Educação Profissional: Cursos de Nível Técnico	
CURSOS	LOCAL
Análise Química	Sede
Aquicultura	UNED-Valença
Automação e Controle Industrial	Sede
Edificações	Sede, UNED-Barreiras, UNED-Eunápolis
Eletromecânica	UNED Vitória da Conquista
Eletrotécnica	Sede, UNED-Barreiras
Enfermagem	UNED-Barreiras, UNED-Eunápolis
Informática	UNED-Eunápolis, UNED-Valença, UNED Vitória da Conquista
Instalação e Manutenção Eletrônica	Sede, UNED Vitória da Conquista
Manutenção Mecânica Industrial	Sede, Simões Filho
Meio-Ambiente	UNED Vitória da Conquista
Metalurgia	Simões Filho
Operação de Processos Industriais Químicos	Sede
Processamento em Alimentos e Bebidas	UNED-Barreiras
Turismo e Hospitalidade (Área) com habilitação Téc. em: Alimentos e Bebidas, Agenciamento, Empreendimento Temático, Eventos, Guiamento, Produção Cultural, Translado e Meios de Hospedagem	Sede, UNED-Barreiras, UNED-Eunápolis, UNED-Valença

Ensino Médio	Em todos os Campi
--------------	-------------------

Pesquisa e Pós-Graduação

As atividades de pesquisa do CEFET-BA estão se estruturando e fortalecendo a partir de iniciativas institucionais, dentre as quais destacam-se:

- ✍ criação do Comitê Assessor para Assuntos de Ciência e Tecnologia – CACT, que tem por finalidade assessorar a Coordenação Técnica de Pós-Graduação e Pesquisa – CTPGP na elaboração, planejamento e execução da política de pesquisa científica e tecnológica da Instituição;
- ✍ criação do Fundo de Pesquisa e Desenvolvimento – FUNPED, que tem por finalidade apoiar as atividades de desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, a participação dos pesquisadores em eventos científicos e na produção de serviços, produtos e publicações de caráter inovador.

No CEFET-BA, atualmente, existem 14 (quatorze) grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, dos quais 11 (onze) encontram-se certificados pela Instituição. As linhas de pesquisa, desses grupos, estão em sintonia com a vocação institucional e com a sua inserção na realidade regional, podendo ser associadas às grandes áreas:

- ✍ Área de concentração em Engenharia e Tecnologia de Processos – execução de projetos de pesquisa em Engenharia de Materiais, Refrigeração e Geração de Energia;
- ✍ Área de concentração em Tecnologia em Saúde – estão sendo desenvolvidas pesquisas em Radiações Ionizantes, Equipamentos Médico-Hospitalares e em Engenharia Biomédica;
- ✍ Área de concentração em Tecnologias e Gestão Ambiental – a Instituição conta com grupos que desenvolvem pesquisas em Tecnologia, Tecnologias Limpas e Educação e Gestão Ambiental;
- ✍ Área de concentração em Gestão e Políticas Públicas de Tecnologia – desenvolve-se atividades de pesquisa visando à regulação técnica e econômica da energia elétrica, da indústria do gás natural e do petróleo;
- ✍ Área de concentração em Educação Tecnológica Profissional – a atividade nesta área visa, em particular, o desenvolvimento de pesquisas voltadas à melhoria da formação de recursos humanos em Educação Profissional;
- ✍ Área de concentração em Tecnologias de Gestão e Estudos do Trabalho – execução de projetos voltados para a gestão de empreendimentos solidários e desenvolvimento do turismo e hospitalidade.

A Instituição, através dos grupos de pesquisa, pretende adotar uma política abrangente no sentido de elaborar projetos de pesquisa, a serem financiados com recursos dos Fundos Setoriais criados pelo Governo Federal, visando incrementar as condições de infra-estrutura para a pesquisa e a produção científica da Instituição.

A fim de ampliar a pesquisa científica e tecnológica no CEFET-BA foi criado o Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIICT, visando despertar vocação científica e estimular a formação de novos pesquisadores para a instituição, através da participação dos discentes em projetos de pesquisa. O PIICT inclui um Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CEFET-BA, nas mesmas modalidades do PIBIC do CNPq, para estudantes de graduação, e um Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica – PIBITec/CEFET-BA, para estudantes de graduação, do ensino técnico e do ensino médio.

O PIBIC/CEFET-BA foi implantado em 2002 com o oferecimento de 09 bolsas a estudantes de graduação, em 2003 ampliou para 17 bolsas e em 2004 ofereceu 30 bolsas, das quais 17 financiadas com recursos próprios e 13 com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Está prevista, ainda dentro do PIICT, a implantação, no prazo de 02 anos, do Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica, também com recursos próprios, que se destina à inserção de estudantes de graduação, ensino técnico e ensino médio na atividade de pesquisa tecnológica.

No que concerne ao Programa de Pós-Graduação, o CEFET-BA vem desenvolvendo estratégias que visam o fortalecimento da pesquisa e pós-graduação, bem como as produções científicas, tecnológicas e cultural na formação de pesquisadores e profissionais de alto nível, a exemplo do Convênio de Cooperação Científico-Pedagógico firmado com o Instituto Superior Pedagógico para a Educação Técnica e Profissional – ISPETP “Hector Alfredo Pineda Zaldivar” para a realização do Mestrado em Pedagogia Profissional que teve início no ano de 1998, capacitando 42 professores do seu quadro efetivo.

Recentemente, firmou outras ações interinstitucionais que culminaram com a efetivação de novos mestrados, a saber:

- ✍ Mestrado em Engenharia Mecânica, através do Programa de Pós Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEM/UFRN;
- ✍ Mestrado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais, através da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ.

No esforço de consolidar o Programa de Pós-Graduação propõe, ainda, um programa próprio da Instituição, através do envio de um projeto de Mestrado em Tecnologia Ambiental à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Sabedores da importância da divulgação da produção científica e tecnológica e do saber intelectual dos estudantes, técnicos, professores e pesquisadores do CEFET-BA, foi criada, em 2002, a Revista E.T.C – Educação, Tecnologia e Cultura. Esta publicação tecnológica, científica e cultural pretende ser um fórum de idéias, debates e informações, reunindo diversos artigos e ensaios.

Extensão

O CEFET-BA, através do Departamento de Relações Empresariais – DIREP, tem atuado em sintonia com as demandas sociais no campo da extensão, através da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, promovendo assim a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento sócio-econômico regional.

Em conformidade com a estratégia do Governo Federal de geração de emprego e renda, apoio ao desenvolvimento do ensino básico e defesa dos direitos e promoção social das crianças e adolescentes no Brasil, a Instituição vem participando do Programa Comunidade Solidária em parceria com Organizações Capacitadoras com a finalidade de promover a capacitação profissional de jovens de baixa renda. Nessa mesma vertente firmou Convênio com uma organização não-governamental para realização do Projeto Estrela da Paz possibilitando a capacitação de jovens nas áreas de informática, controle de alimentos, dentre outras.

Como agente de fomento e apoio ao desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, o DIREP promove o intercâmbio entre o CEFET-BA e a comunidade externa pela prestação de serviços e consultorias tecnológicas, fomento a estágios curriculares, implementação de parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais, adoção de programas de intercâmbio internacional, além de outras ações ligadas à participação ou realização de eventos técnicos, científicos, culturais ou esportivos.

A ação extensionista é, portanto, indispensável para uma maior integração da instituição de ensino com as entidades produtivas. Caracteriza-se por sua natureza interdisciplinar e inserção dos diversos setores acadêmicos e administrativos da instituição, bem como pela capacidade de operacionalizar a relação teoria-prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular.

Nesse sentido, implanta a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/CEFET-BA, que tem por objetivo apoiar grupos de pessoas que estejam interessadas em organizar cooperativas ou associações com vistas à geração de renda.

A ITCP/CEFET-BA está integrada a uma rede de incubadoras que funcionam em quinze universidades brasileiras, conta com o apoio da Fundação Banco do Brasil, representando o Comitê Gestor do Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC do Governo Federal, que disponibilizou equipamentos, obras, materiais e serviços para a implantação do projeto.

O processo de incubação envolve oficinas de integração das pessoas envolvidas nos grupos incubados, oficinas sobre o cooperativismo e economia solidária; cursos; estudos de viabilidade econômica; planejamento; orientação para o desenvolvimento

do produto ou processo; orientação para a gestão; orientação para a comercialização; legalização; integralização; integração com outros empreendimentos solidários.

INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

O CEFET-BA vem buscando aprimorar a qualificação dos docentes por meio de parcerias internacionais e a ampliação dessas ações para os discentes.

Alemanha

O CEFET-BA desenvolve desde 1999 o Programa de Intercâmbio Técnico-Científico com *Fachhochschulen* (Universidades Tecnológicas Alemãs), apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e pelo *Deutscher Akademischer Austauschdienst* – DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio).

Através da realização dos Projetos: Práticas Básicas de Ciências Naturais; Engenharia Biomédica (Laboratório de Equipamentos Médico-Hospitalares e de Ciências Radiológicas); Linha de Produção Automática, o intercâmbio possibilitou a realização de 31 (trinta e uma) visitas à Alemanha, sendo 25 (vinte e cinco) por docentes e 6 (seis) por alunos do CEFET-BA, visando conhecer as instalações, equipamentos e práticas adotadas nas *Fachhochschulen*. Contemplou, também, a vinda de 05 (cinco) docentes da Alemanha para conhecer a realidade local, desenvolver estudos específicos e análise curricular do Curso de especialização em Engenharia Clínica em conjunto com os docentes desta Instituição.

Cuba

Realização de convênio de cooperação científico-pedagógico com o Instituto Superior Pedagógico para a Educação Técnica e Profissional – ISPETP “Hector Alfredo Pineda Zaldivar” para oferta de Mestrado em Pedagogia Profissional.

Estados Unidos

O CEFET-BA, vem mantendo estreito relacionamento com o *Emergency Care Research Institute* – ECRI, com o objetivo de estabelecer intercâmbio técnico entre as duas Instituições. O ECRI é uma organização sem fins lucrativos que se dedica a programas de Segurança, a Estudos Técnicos e Gestão da Tecnologia em Saúde tendo atuado em colaboração com a Organização Mundial de Saúde – OMS.

Mantém ainda, o Projeto de Cooperação Internacional CAPES/FIPSE com duração de 04 anos, a partir de 2005, sob o título Desenvolvendo Contexto Cultural nº P116M040020 entre os Voorhees College e Paul College, na Carolina do Sul e CEFET-RJ e CEFET-BA nas áreas de Empreendedorismo Internacional e competência em Negócios Multiculturais e Empreendedorismo Intercultural, com o objetivo de intercâmbio de conhecimentos e cultura entre os alunos das instituições parceiras.

Portugal

O CEFET-BA firmou intercâmbio com a Faculdade de Farmácia do Porto objetivando a ida de um docente para realização de “doutorado sanduíche”.

Japão

O CEFET-BA selecionou e apoiou a participação de um aluno de Engenharia Industrial Elétrica no Programa de Intercâmbio de Jovens “Ship for World Youth Program 2001”, custeado pelo Governo Japonês, tendo contemplado uma viagem de navio pelo Japão, Cingapura, Quênia, África do Sul, Emirados Árabes e Ilhas Maurício, em companhia de uma delegação de estudantes de outros países.

China

AFS - Intercultura – Participação do aluno Roberto Batista da Silva, do Ensino Médio, no programa de intercâmbio que contempla a convivência do aluno em uma família da cidade de Hong Kong, durante 10 meses (a partir de agosto de 2002), onde se desenvolvem atividades educativas, esportivas e culturais.

Rússia

AFS - Intercultura – Início do processo seletivo dos alunos do Ensino Médio, de 04 a 08 de agosto, para participação de um aluno do Ensino Médio neste programa de intercâmbio que contempla a convivência do aluno em uma família de uma cidade russa, durante 10 meses (a partir de agosto de 2004), onde se desenvolvem atividades educativas, esportivas e culturais.

França

Como resultado dos contatos estabelecidos com o Serviço de Cooperação e de Ação Cultural da Embaixada da França no Brasil, desde 1997, o CEFET-BA tem recebido apoio para o ensino da língua francesa e para a difusão da cultura francesa. O intercâmbio vem se consolidando ao longo dos últimos sete anos com ações de estreitamentos bilaterais e à expansão da parceria.

Ao longo deste tempo, os laços se estreitaram e, além de cursos e encontros de curta duração para aperfeiçoamento da língua francesa pelos brasileiros e da língua portuguesa pelos franceses, por meio de bolsas de estudos, foi oferecido um estágio técnico-operacional em instituições francesas. Como resultado da missão francesa no CEFET-BA foi possível esboçar um plano de ação com o objetivo de proporcionar qualificação docente e discente mediante um intercâmbio entre o CEFET-BA e a Academia de Nice e da Universidade de Provence. Em maio/junho de 2005 o CEFET-BA estará enviando quatro estudantes do Curso Superior de Administração para estágio cultural e técnico-operacional em Hotéis de Cote-d’Azur.

Também foi firmado um Protocolo de Intenções entre o CEFET-BA e a Associação de Brasília e Brasil Setentrional da Soberana Ordem Militar de Malta, com o objetivo de desenvolver ações de mútua cooperação no campo da Educação em Turismo e Hospitalidade, com o estudo da implantação de um Hotel-Escola no perímetro do Centro Histórico de Salvador e na área de Saúde, com a implantação de um Hospital-Escola na cidade de Itabela, no Extremo-Sul da Bahia.

Organização e Gestão de Pessoal

1. Corpo Docente e Técnico-Administrativo por Campus

Campus	Docente	Técnico-administrativo	TOTAL
Sede	311	261	572
Unidade - Simões Filho	08	25	33
UNED - Barreiras	31	44	75
UNED - Eunápolis	30	14	44
UNED - Valença	27	11	38
UNED - Vit. Conquista	38	12	50
Total	445	367	812

FONTE: CGRH

2. Corpo Docente por Titulação

Campus	Magistério Superior				TOTAL	
	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação		
Sede	08	24	23	15	70	
Sub-total	08	24	23	15	70	
Campus	Professor de Ensino de 1º e 2º Graus					TOTAL
	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	EM*	
Sede	07	90	99	40	05	241
Unidade - Simões Filho		02	06			08
UNED - Barreiras		05	22	04		31
UNED - Eunápolis		02	21	07		30
UNED - Valença		05	15	07		27
UNED - Vit. Conquista	01	14	17	06		38
Sub-total	08	118	180	64	05	375
Total	16	142	203	79	05	445

*EM=Ensino Médio

3. Corpo Docente por Regime de Trabalho

Campus	Magistério Superior			TOTAL
	20h	40h	DE	
Sede	15	10	45	70
Sub-total	15	10	45	70
Campus	Professor de Ensino de 1º e 2º Graus			TOTAL
	20h	40h	DE	
Sede	25	44	172	241
Unidade - Simões Filho	1	0	6	7
UNED - Barreiras	2	9	21	32
UNED - Eunápolis	0	11	19	30
UNED - Valença	1	8	18	27
UNED - Vit. Conquista	1	9	28	38
Sub-total	30	81	264	375
Total	45	91	309	445

FONTE: CGRH

4. Corpo Técnico-Administrativo por Titulação

Campus	Técnico-Administrativo					TOTAL
	Mestrado	Especialização	Graduação	Ensino Médio	Outros	
Sede	02	17	65	108	69	261
Unidade - Simões Filho			04	09	12	25
UNED - Barreiras	01	01	12	23	07	44
UNED - Eunápolis			05	08	01	14
UNED - Valença			05	07		12
UNED - Vit. Conquista			05	07		12
Total	03	18	94	163	89	367

5. Corpo Técnico-Administrativo por Regime de Trabalho

Campus	Técnico-Administrativo			TOTAL
	20h	30h	40h	
Sede		7	254	261
Unidade - Simões Filho			25	25
UNED - Barreiras	1	1	42	44
UNED - Eunápolis			14	14
UNED - Valença			11	11
UNED - Vit. Conquista			12	12
Total	1	8	358	367

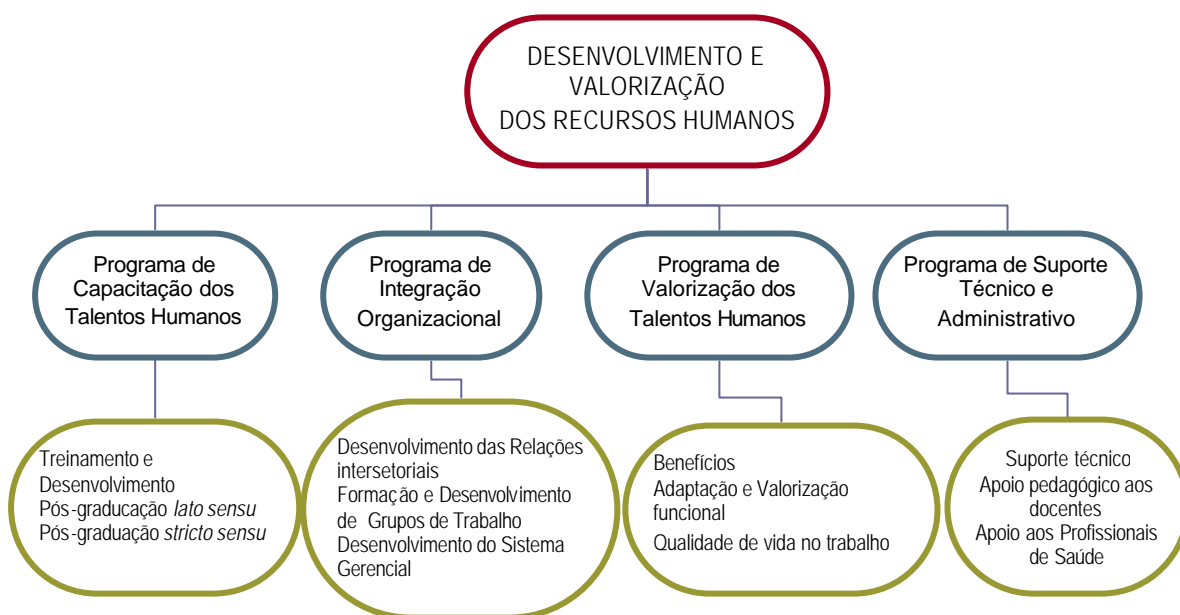
Plano de Carreira Docente e Técnico-Administrativo:

O Plano de carreira para o pessoal docente e técnico-administrativo no CEFET-BA é regido pela Lei nº 7.596, de 10.04.87, que instituiu o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, regulamentado pelo Decreto nº 94.664, de 23.07.87, publicado no DOU de 24.07.87, normatizado pelas Portarias nº 474 e 475/87/MEC DE 26.08.87, publicadas no DOU de 31.08.1987.

Políticas de Qualificação Docente e Técnico-Administrativa:

As políticas de qualificação desenvolvidas no âmbito do CEFET-BA estão delineadas no plano de ações específico, aprovado pelo Conselho Diretor, que tem por objetivo implementar um processo permanente de melhoria qualitativa do trabalho organizacional, através da Valorização e do Desenvolvimento dos Talentos Humanos da Organização – docentes e técnico-administrativos. As ações objetivam, principalmente, capacitar os profissionais para o melhor desempenho de suas funções e criar condições de incentivos e adequações funcionais com vistas à elevação dos níveis de motivação e compatibilização dos profissionais ao cargo. O Diagrama Estrutural do plano de ações deste CEFET-BA demonstra em linhas gerais os programas definidos.

DIAGRAMA ESTRUTURAL



Organização Didático-Pedagógica

O currículo de um curso como projeto educativo que norteia o processo de ensino-aprendizagem, integrado a missão da Instituição e orientando a formação do conjunto sócio-cognitivo num determinado contexto ambiental, deve conter um desenho curricular que reflita os anseios da comunidade e o completo desenvolvimento individual em sintonia com as necessidades do aprimoramento e melhoria na qualidade de vida da sociedade em geral, logo não pode se limitar a uma mera lista de conteúdos, mas um conjunto de processos que com uma abordagem crítica do agir / pensar / sentir, desenvolva novas formas de agir.

Na composição dos currículos dos cursos de graduação do CEFET-BA os seguintes aspectos são considerados:

- ? A função integradora na organização do processo ensino-aprendizagem;
- ? A introdução da informática e dos processos mediáticos no processo de ensino-aprendizagem;
- ? A inter-relação efetiva com a comunidade na busca da solução de problemas, o trânsito multidisciplinar para interdisciplinariedade, e desta à transdisciplinariedade;
- ? A uma formação que busque adequar o egresso às exigências do atual cenário econômico.

Com base na fundamentação do projeto curricular, que fixa os propósitos e metas a serem alcançados quando da formação do aluno, os critérios norteadores para a definição do perfil do egresso tomam como base a visão humanística, científica e social de maneira que possa integrar os conhecimentos, competências, habilidades, destrezas, atitudes e valores na formação do futuro profissional.

Os currículos dos cursos de graduação são estruturados por disciplinas distribuídas da seguinte forma: básicas, básicas específicas e profissionalizantes, e estão caracterizadas como obrigatórias, optativas e eletivas, obedecendo aos projetos de cada curso.

O desenho dos programas das disciplinas, como um subsistema do macro desenho curricular, é um documento que reflete em essência a projeção metodológica dos componentes do processo de formação do profissional. Nele se manifesta a atualidade do ponto de vista científico-técnico e pedagógico, que serve de pauta para o trabalho criador do professor e estudantes.

Os programas das disciplinas são elaborados levando-se em consideração:

- ? caracterização da área, matéria e disciplina;
- ? problemas principais que devem dar resposta, em consonância com os interesses inerentes à profissão;
- ? objetivos gerais em que se concretizem a sistematização do perfil dos egressos;
- ? sistema de conteúdos (conhecimentos, habilidades, qualidades e valores) que se trabalham na disciplina;

- ? projeção metodológica de como se desenvolve o processo;
- ? sistema de avaliação de aprendizagem;
- ? literatura docente (básica e complementar).

Essa estrutura irá nortear a formatação do desenho micro curricular das disciplinas, contemplando de forma efetiva todos os elementos do processo pedagógico profissional, além de estar em sintonia com as proposições atuais para formação de um profissional capacitado ao panorama mundializado do trabalho.

Na contemporaneidade, a avaliação no âmbito do planejamento educacional possui uma dimensão específica importante. Alguns fatores têm contribuído para esse fato: a exigência de se criarem sistemas educacionais controláveis pelo público; a necessidade cada vez maior da produtividade e eficiência nos programas educacionais, mesmo diante da limitação de recursos e até mesmo o reconhecimento de que dedicação e boa vontade, por si só, são insuficientes para a obtenção de dados verificáveis acerca desses processos.

Dessa forma, entende-se que instituições são criadas para cumprir determinados objetivos e a avaliação é relevante como uma etapa no desenvolvimento de programas para o alcance desses objetivos. É através da avaliação que se verifica a presença ou ausência de pré-requisitos para novas aprendizagens, identificando dificuldades específicas e suas causas, verificando se os objetivos estabelecidos estão sendo atingidos, e fornecendo dados para aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem, classificando os resultados de aprendizagem alcançados pelos alunos, de acordo com níveis de aproveitamento estabelecido. A avaliação é, portanto, uma realimentação para o processo de controle do curso.

A idéia básica consiste em determinar se o que está sendo feito durante o andamento da disciplina é coerente com os objetivos estabelecidos e se resultará no cumprimento destes objetivos. Caso seja identificada alguma inadequação no plano elaborado, pode-se corrigi-lo ainda ao longo do período letivo, e não entre um período e outro o que poderia prejudicar os alunos.

Conforme as Normas Acadêmicas do Ensino Superior a avaliação da aprendizagem será feita em cada semestre letivo, compreendendo:

- I. a apuração de frequência às aulas teóricas e/ou teórico-práticas e
- II. a atribuição de notas aos alunos através de no mínimo 03 (três) avaliações parciais e no exame final, quando for o caso.

O aluno será considerado aprovado na disciplina se obtiver frequência igual ou superior a 75% nas atividades da disciplina e média final igual ou superior a 5.0 (cinco inteiros). As avaliações de aprendizagem serão registradas na caderneta escolar sob forma de notas numéricas variando de 0 (zero) a 10 (dez).

A média final do aluno será calculada através da média ponderada da média aritmética das notas das três avaliações parciais, com peso dois e a nota do exame final, com peso um.

Os Cursos Técnicos por terem seus currículos estruturados por competência, a avaliação da aprendizagem aplicada aos alunos está em consonância com o disposto na Organização Didática dos Cursos Profissionalizantes de Nível Técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, e se caracteriza por ser um processo amplo, contínuo, gradual, cumulativo e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos da formação do educando, conforme prescreve a Lei nº 9.394/96.

Assim, a avaliação é compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua, cumulativa, sistemática e compartilhada em cada etapa educativa, com diagnóstico das dificuldades e retro-alimentação, destina-se a verificar se houve aprendizagem e apontar caminhos para o processo educativo. Caberá ao professor, no decorrer do processo educativo, promover meios para a recomposição das competências não desenvolvidas pelos alunos.

A verificação do rendimento escolar será feita de forma diversificada, a mais variada possível, de acordo com a peculiaridade de cada processo educativo, contendo entre outros:

- I. atividades individuais e em grupo, como: pesquisa bibliográfica, demonstração prática e seminários;
- II. pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- III. provas escritas e/ou orais: individual ou em equipe;
- IV. produção científica, artística ou cultural.

O desempenho acadêmico do aluno será expresso no Memorial de Desempenho Acadêmico constante no Diário de Classe, onde o Memorial de Desempenho Acadêmico é um instrumento que compreende a compilação de todos os trabalhos realizados pelo aluno, em cada disciplina ou competência, durante o módulo, tomando-se como referência os indicadores de composição de competências, aqui entendidas como um conjunto de habilidades, atitudes e outros atributos humanos necessários ao desempenho e produtividade requeridos pelo mundo do trabalho.

Os indicadores de composição de competências a serem considerados no Memorial de Desempenho Acadêmico são: assiduidade e pontualidade, domínio cognitivo, cumprimento e qualidade das tarefas, capacidade de produzir em equipe e autonomia, assim definidos:

- a) Assiduidade e pontualidade – comparecimento em todas as aulas e chegada no horário pré-estabelecido nos locais onde as aulas serão ministradas;
- b) Domínio cognitivo – capacidade de relacionar o novo conhecimento com o conhecimento já adquirido;
- c) Cumprimento e qualidade das tarefas – execução de tarefas com requisitos previamente estabelecidos no prazo determinado com propriedade, empenho, iniciativa, disposição e interesse;
- d) Capacidade de produzir em equipe – aporte pessoal com disposição, organização, liderança, cooperação e interação na atividade grupal no desenvolvimento de habilidades, hábitos, conhecimentos e valores.

e) Autonomia – capacidade de tomar decisões e propor alternativas para solução de problemas, iniciativa e compreensão do seu desenvolvimento.

No Conselho de Classe Final será confeccionada a planilha de resultados finais com as competências e a carga horária total desenvolvidas no módulo, o conceito global dos alunos no módulo, o percentual de faltas e a respectiva condição de competência obtida no módulo, assim definida:

- a) Habilitado (H);
- b) Não Habilitado (NH).

O processo de avaliação de aprendizagem dos alunos do Ensino Médio caracteriza-se por ser amplo, contínuo, gradual, cumulativo e cooperativo envolvendo todos os aspectos qualitativos e quantitativos da formação do educando, conforme prescreve a LDB.

A avaliação é feita durante o ano letivo, subdividida em 4 (quatro) unidades, a cada unidade deverão ser realizadas, no mínimo, 2 (duas) verificações do rendimento escolar. A verificação do rendimento escolar ocorre de forma diversificada, de acordo com a peculiaridade de cada processo educativo, contendo entre outros: atividades individuais e em grupos; pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; provas escritas ou orais, individuais ou em grupo; produção científica, artística ou cultural.

Ao aluno que não obtiver aproveitamento suficiente em qualquer disciplina poderá realizar os estudos de recuperação, preferencialmente, paralelo ao período letivo, isto é ao final de cada unidade, até a 3ª unidade didática. As atividades referentes aos estudos de recuperação serão realizadas no turno oposto das aulas normais e deverá ser pelo menos 20 % da carga horária da disciplina em cada unidade didática.

O estágio curricular é considerado disciplina integrante dos currículos dos cursos, tendo por objetivo a integração do aluno no ambiente profissional na sua área de formação acadêmica, a potencialização das competências, habilidades e conhecimentos frente ao mundo do trabalho. As atividades de estágio curricular são regidas pela Lei Nº 6.494 de 07.12.1997, regulamentada pelo Decreto 87.497, de 18.08.1982 e pela Resolução CNE/CEB Nº 1, de 21.01.2004 e obedece aos critérios estabelecidos nos Regulamentos de Estágio do CEFET-BA.

Programas de Apoio e Incentivo aos Educandos

Programa de Assistência ao Educando

O Programa de Assistência ao Educando – PAE engloba a concessão de Auxílio Financeiro e Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência sócio-econômica, devidamente matriculados no CEFET-BA, vinculados ao Ensino Médio ou aos Cursos Profissionalizantes de Nível Técnico. O Programa de Assistência ao Educando tem como objetivos:

- I. possibilitar, mediante recursos próprios do CEFET-BA, a concessão de Bolsas Estágio a alunos de comprovada carência sócio-econômica devidamente matriculados nesta instituição, visando o incentivo aos estudos e à pesquisa;
- II. incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em Projetos de Incentivo à Aprendizagem;
- III. proporcionar, ao aluno bolsista, atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa;
- IV. fornecer, mediante comprovação prévia de carência sócio-econômica por parte do aluno, e após ser selecionado dentre os demais classificados, Auxílio Financeiro eventual para a aquisição de materiais escolares e serviços que possibilitem ao mesmo efetiva execução de suas atividades acadêmicas.

O aluno participante do Programa de Assistência ao Educando, através da Bolsa de Estágio, não terá qualquer tipo de vínculo empregatício com o CEFET-BA, segundo a Lei nº 6.494 de 07/12/1977 alterada pela Lei nº 8859 de 23/03/1994 e a formalização do estágio será feita através de Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o CEFET-BA e o estagiário, ficando regulada a relação entre as partes com base na legislação em vigor e as normas aqui estabelecidas.

O aluno beneficiado pela Bolsa de Estágio terá direito ao seguro de acidentes pessoais durante todo o período de vigência da Bolsa, não sendo permitido ao estagiário trabalhar em locais e com serviços perigosos ou insalubres.

Monitoria de Graduação

A monitoria de graduação no CEFET-BA tem por objetivo desenvolver no aluno, que apresente rendimento escolar satisfatório, interesse pelos trabalhos acadêmicos como ensino, pesquisa e extensão, além de intensificar e assegurar a cooperação entre o corpo docente e discente nas atividades básicas do CEFET-BA, relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

As monitorias estão classificadas em duas categorias:

- a) monitoria remunerada por bolsa;
- b) monitoria voluntária (sem remuneração).

Os monitores deverão desempenhar atividades coordenadas pelo Departamento Acadêmico, orientadas pelo(s) professor(es) responsável(eis) por cada Projeto de Monitoria, preferencialmente em regime de Dedicção Exclusiva (DE), sob a supervisão geral da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino.

São atribuições do Monitor de Graduação:

- I. participar da elaboração do plano de trabalho da monitoria com o(s) professor(es) responsável(eis);

- II. auxiliar os professores em tarefas didáticas, bem como de pesquisa e extensão, compatíveis com o seu grau de conhecimento, sob a supervisão dos mesmos;
- III. prestar assistência aos colegas discentes, em especial aos que estejam apresentando baixo rendimento na aprendizagem da disciplina, orientando estudos e realização de trabalhos acadêmicos;
- IV. opinar sobre o andamento da disciplina, do ponto de vista do aluno, apresentando, por escrito, sugestões ao professor.

No caso da monitoria voluntária serão contemplados os Departamentos Acadêmicos que ultrapassarem o limite de monitoria remunerada por bolsas destinadas aos mesmos.

As atividades do monitor obedecerão, em cada período acadêmico, a um plano de trabalho elaborado pelo professor da disciplina, não podendo o horário da atividade do monitor, em hipótese alguma, prejudicar o horário das atividades a que estiver obrigado como discente, em função das disciplinas em que estiver matriculado. Os monitores exercerão suas atividades, sem qualquer vínculo empregatício com o CEFET-BA, sujeito ao regime de 12 (doze) horas semanais de monitoria remunerada ou voluntária.

Objetivos, Estratégias e Metas

O Plano de Metas do CEFET-BA foi elaborado segundo os Programas e Ações do Governo constantes do Orçamento da Instituição.

1. Atender as demandas de ensino da sociedade com a oferta de cursos de Educação Básica, Educação Profissional, Educação Superior e Pós-Graduação de qualidade.

PROGRAMA	AÇÃO DO GOVERNO	ESTRATÉGIA	AÇÃO ESPECÍFICA	META FÍSICA UN. MEDIDA	PRAZO
Universidade do Século XXI	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	Implantar cursos de pós-graduação	Implantar Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu	05 cursos	dez-08
			Implantar Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	06 cursos	dez-08
	Funcionamento de Cursos de Graduação	Implantar novos cursos de graduação/habilitação	Implantar Cursos de Bacharelado	05 cursos	dez-08
			Implantar Habilitação em Enga Clínica	01 habilitação	dez-08
			Implantar Cursos de Tecnologia	03 cursos	dez-08
			Implantar Cursos de Licenc. Plena	07 cursos	dez-07
		Reconhecer e atualizar os Cursos de Graduação	Viabilizar o reconhecimento dos Cursos de Engenharia	02 cursos	dez-05
			Viabilizar o reconhecimento de Curso de Licenciatura Plena	01 curso	dez-07
			Reformular o Projeto de Curso de Bacharelado	01 curso	dez-06
			Viabilizar o reconhecimento de Curso de Tecnologia	01 curso	jun-06
	Interagir com o mundo do trabalho	Realizar visitas técnicas	27 visitas	dez-08	
	Democratizando o acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	Funcionamento da Educação Profissional	Implantar Novos Cursos Técnicos	Implantar Cursos de Educ.Prof.Técnica de Nível Médio na Modalidade Integrada	30 cursos
Atualizar os Planos dos Cursos Técnicos			Reformular os Planos dos Cursos de Educ.Prof.Téc. de Nível Médio nas Modalidades concomitante e subsequente	21 cursos	dez-06
Promover uma política de educação inclusiva			Implantar Núcleo de Atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais	01 Núcleo	jun-06
Interagir com o mundo do trabalho no Ensino Técnico			Realizar visitas técnicas e micro-estágios	300 visitas	dez-08
Promover Eventos e Participação em Atividades extra-curriculares			Organizar Eventos Culturais, Científicos e Tecnológicos	90 eventos	dez-08
			Organizar Eventos na Área de Saúde e Cidadania	110 eventos	dez-08
			Participar em Eventos Esportivos	25 eventos	dez-08

2. Realizar pesquisa e adaptação de tecnologias novas e apropriadas demandadas pela sociedade.

PROGRAMA	AÇÃO DO GOVERNO	ESTRATÉGIA	AÇÃO ESPECÍFICA	META FÍSICA UN. MEDIDA	PRAZO
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Produção e Melhoria da Pesquisa universitária e difusão de seus resultados	Expandir e consolidar a política de pesquisa e inovação tecnológica	Incentivar e divulgar a produção de artigos técnico-científicos	60 publicações	dez-08
			Implantar o Núcleo de gestão e acompanhamento da produção científica	01 Núcleo	dez-06
			Fomentar, desenvolver e consolidar as linhas de pesquisa	40 linhas	dez-08
			Realizar seminários na Sede e nas UNEDs	16 seminários	dez-08
			Fomentar a articulação e a integração das linhas de pesquisa com atividades de extensão	50 projetos	dez-08
			Implantar o Núcleo de Tecnologia da Construção Civil	01 Núcleo	dez-06
			Estimular vínculos interinstitucionais com outras Instituições de Ensino Tecnológico para desenvolvimento de pesquisa em ciência e tecnologia	05 ações	dez-08
			Estimular a participação em editais para financiamento de pesquisa, extensão e infraestrutura	10 editais/ano	dez-08
			Ampliar a captação de recursos nos Fundos Setoriais	R\$ 300 mil	dez-08
			Intensificar a articulação Institucional com organizações e entidades de classe para estímulo ao empreendedorismo e a inovação tecnológica	07 convênios	dez-07
			Avaliar o PIBIC	05 avaliações	dez-08
Democratizando o acesso à educação Profissional, Tecnológica e Universitária	Assistência ao educando do Ensino da Graduação	Ampliar a oferta de bolsas	Ampliar a oferta de bolsas de Produtividade em Pesquisa	20 bolsas	dez-08
	Assistência ao educando da Educação Profissional		Ampliar a oferta de bolsas de iniciação científica -PIBIC em seus diversos níveis e modalidades	50 bolsas	dez-08
			Ampliar a oferta de bolsas de Iniciação Tecnológica para alunos de ensino profissional	20 bolsas	dez-08

3. Desenvolver atividades de extensão e prestação de serviços visando o incremento da receita do CEFET-BA e o atendimento das demandas da sociedade.

PROGRAMA	AÇÃO DO GOVERNO	ESTRATÉGIA	AÇÃO ESPECÍFICA	META FÍSICA UN. MEDIDA	PRAZO
Democratizando o acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	Cursos de Extensão de Nível Técnico e Tecnológico	Ampliar a oferta de cursos de Formação de Trabalhadores	Oferecer cursos de extensão para Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores nas Áreas de: Indústria, Química, Turismo, Construção Civil, Saúde, Meio Ambiente, Tec. da Informação, dentre outras.	200 cursos	dez-08
			Ofertar especialização técnica em Manut de Equipamentos Médicos	01 curso	dez-08
			Oferecer cursos de extensão a distância na área tecnológica	03 cursos	dez-08
	Prestação de serviços à comunidade	Estimular a Interação com a comunidade externa	Realizar Fóruns, Congressos, Feiras, Seminários e Palestras p/ a Comunidade Acadêmica, Científica, Setor Produtivo, Sociedade Civil e Terceiro Setor (Fundação, Associações, etc)	80 eventos	dez-08
			Prestar serviços de consultoria à comunidade externa nas Áreas: Indústria, Saúde, Química, Meio Ambiente, Turismo e Hosp., Construção Civil, Tec. De Informação	30 servidores	dez-08
	Democratizando o acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	Estimular a Interação com a comunidade externa	Prestar serviços gratuitos à Comunidade: Carente, Microempresários, Incubadoras Tec. de Cooperativas Populares, Terceiro Setor	30 servidores	dez-08
			Promover intercâmbio e Benchmarking	06 intercâmbios	dez-07
			Vaibilizar o acesso da comunidade às Bibliotecas	06 bibliotecas	dez-08

4. Aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo CEFET-BA nas áreas de recursos humanos, físicos e organizacionais.

PROGRAMA	AÇÃO DO GOVERNO	ESTRATÉGIA	AÇÃO ESPECÍFICA	META FÍSICA UN. MEDIDA	PRAZO
Universidade do Século XXI	Funcionamento de Cursos de Graduação	Promover a atualização de normas e projetos de segurança	Viabilizar e atualizar o Estatuto e Regimento do CEFET-BA	02 documentos	dez/05
			Implantar serviço de vigilância interligado através de câmeras e monitores	30 equipamentos	dez/06
			Implantar um sistema de proteção e combate a incêndio	01 sistema	dez/08
		Ampliar o quadro de pessoal da Instituição	Evitar esforços junto ao MEC objetivando a realização de Concurso Público	210 servidores	dez-06
Apoio Administrativo	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	Concentrar esforços para viabilizar assistência médica e odontológica aos servidores	Promover gestões junto aos organismos governamentais visando a concessão do benefício para os servidores e seus dependentes	02 planos	jun/06
Democratizando o Acesso à Educação Profissional Tecnológica e Universitária	Assistência ao educando na Educação Profissional	Estimular a realização de eventos	Organizar eventos	150 eventos	dez-08
	Prestação de serviços à comunidade	Expandir a política de divulgação da imagem institucional do CEFET-BA	Implantar o Memorial do CEFET-BA	01 memorial	dez-06
			Divulgar a UNED-Vit Conquista na comunidade escolar - ensino fundamental da Região	10 cidades	dez-08
Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	Capacitação de Docentes da Educação Profissional	Desenvolver uma política de capacitação visando a Pós-Graduação de docentes e técnicos administrativos	Capacitar docentes e téc-administrativos - Mestrado e Doutorado	140 servidores	dez/08
			Captar Recursos para promover capacitação	10 bolsas	dez/08
Gestão da Política de Educação	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e requalificação	Desenvolver política de capacitação para servidores: docentes e técnicos - administrativos	Capacitar docentes e téc-administrativos em cursos de qualificação e requalificação	560 servidores	dez-08
			Viabilizar a participação de docentes e téc-administrativos em eventos	120 servidores	dez-08
			Captar recursos para subsidiar participação em eventos/capacitação	R\$ 50 mil	dez-08
Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária	Assistência ao Educando da Educação Profissional	Implementar política de assistência ao educando	Assistir o Educando com bolsas / estágios - apoio administrativo e técnico	45 bolsas	dez-08

PROGRAMA	AÇÃO DO GOVERNO	ESTRATÉGIA	AÇÃO ESPECÍFICA	META FISICA UN. MEDIDA	PRAZO		
Escola Moderna	Modernização e Recuperação de Infra-estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	Expandir a rede corporativa do CEFET-BA	Interligar as Unidades do CEFET-BA em uma rede de voz e dados	06 unidades	dez/05		
			Instalar pontos de Rede nas Unidades do CEFET-BA	300 pontos	dez/07		
		Otimizar as atividades desenvolvidas através de Sistemas de Informatização	Adquirir software para apoio didático	150 softwares	dez/08		
			Implantar o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA , em parceria com a SETEC	01 sistema	dez/06		
			Adquirir softwares para gestão administrativa	10 softwares	dez/08		
		Modernizar e ampliar o parque de informática	Adquirir equipamentos de informática	450 equipamentos	dez/08		
			Adquirir componentes de informática para atualizar equipamentos existentes	200 componentes	dez/08		
			Reformular a prestação de serviço de manutenção dos equipamentos de informática dos laboratórios	150 equipamentos	dez/06		
		Promover a modernização dos laboratórios e salas acadêmicas e administrativas	Adquirir equipamentos p/ laboratórios e salas Acadêmicas e Administrativas	600 equipamentos	dez/08		
		Adequar a infra-estrutura necessária as atividades acadêmicas e administrativas	Adquirir móveis adequados às funcionalidades dos setores acadêmicas e administrativos	700 mobiliários	dez-08		
			Manter o mobiliário existente em condições de uso	100%	dez-08		
		Ampliar a frota de veículos do CEFET-BA	Adquirir veículos	07 veículos	dez-07		
		Escola Moderna	Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	Promover a melhoria e adequação dos espaços físicos das áreas acadêmicas e administrativas	Realizar reforma e adequação dos ambientes administrativos	44 ambientes	dez-08
					Realizar reforma e adequação dos ambientes de ensino :laboratórios e oficinas	60 ambientes	dez-08
Realizar reforma e adequação dos ambientes de ensino :salas de aula	55 ambientes				dez-08		
Realizar reforma e adequação dos ambientes de ensino :Biblioteca	02 ambientes				dez-08		
Realizar reforma e adequação dos ambientes de ensino: ginásio de esportes/ vestiários/ quadras	05 ambientes				dez-08		
Realizar reforma e modernização audiovisual e auditório	04 ambientes				dez-08		
Instalação da sala de videoconferência	01 sala				dez-06		

PROGRAMA	AÇÃO DO GOVERNO	ESTRATÉGIA	AÇÃO ESPECÍFICA	META FÍSICA UN. MEDIDA	PRAZO
Escola Moderna	Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional	Promover a melhoria e adequação dos espaços físicos das áreas acadêmicas e administrativas	Promover adaptação dos espaços físicos para portadores de deficiência especiais- Instalação de Elevadores	03 elevadores	dez-08
			Fomentar a elaboração de projetos com vistas à modernização e adequação das áreas	07 projetos	dez-08
			Substituir a subestação da Sede	01 subestação	dez-06
			Ampliação de Prédio Acadêmico com construção de salas de aula e laboratório	10 ambientes	dez-08
	Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação	Ampliar e diversificar o acervo bibliográfico, segundo aos projetos dos cursos	Aquisição de livros	5000 exemplares	dez-08
			Aquisição de assinaturas de Periódicos	40 periódicos	dez-08
			Aquisição de Acervo de Audio Visual(VHS,DVD)	300 títulos	dez-08

Avaliação e Acompanhamento do Desempenho Institucional

Com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, através da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, organiza-se um sistema de avaliação global e integrada por diversos instrumentos complementares: Auto-Avaliação, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, condições de ensino e instrumentos de informação (Censo e Cadastro). O SINAES pretende assim, avaliar o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

Para conduzir os processos de auto-avaliação das instituições o SINAES estabelece a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica – docente, discente e técnico-administrativo – e de representantes da sociedade civil organizada. Visando atender as orientações legais aqui referenciadas, o CEFET-BA instituiu através da Portaria N.º 319, de 23 de julho de 2004, a sua Comissão Própria de Avaliação.

A auto-avaliação do CEFET-BA, ocorre em um momento importante, diante das reformas e das mudanças contextuais mais amplas, em que a Instituição precisa viabilizar a adaptação dos seus objetivos a essas inevitáveis mudanças sociais e tecnológicas.

A atividade de avaliação no cotidiano da Instituição ocorre de forma não sistematizada, focalizada em determinados segmentos, a exemplo da avaliação dos cursos superiores e do corpo docente. Todavia, a falibilidade dessas avaliações acabou por estimular o interesse pela criação de procedimentos padronizados, capazes de favorecer julgamentos avaliativos confiáveis. Entende-se que a legitimação interna e externa só ocorrem quando a Instituição, de forma madura, busca as suas fragilidades, seus limites e possibilidades para fortalecer-se e aperfeiçoar-se.

Reconhecendo a necessidade e importância da avaliação institucional como instrumento de gestão, O CEFET-BA, sob a coordenação da CPA encontra-se em fase de elaboração do seu projeto de auto-avaliação, na perspectiva de oferecer à sociedade maior transparência no cumprimento de sua missão, bem como disponibilizar à comunidade interna subsídios no processo de reflexão e transformação de seu próprio projeto acadêmico-institucional.

ANEXOS

Anexo A – Infra-Estrutura Física e Acadêmica

Anexo B – Estatuto

Anexo C – Normas Acadêmicas do Ensino Superior

Anexo D – Organização Didática do Ensino Profissionalizante de Nível Técnico

Anexo E – Organização Didática do Ensino Médio

Anexo F – Planejamento Estratégico do CEFET-BA / 1998-2007